



- 6 DEZ 1986

Funaro aos credores: a única saída é crescer.

Falando a congressistas dos EUA e especialistas em dívida, o ministro disse que o País não pode continuar usando seu superávit comercial apenas para o pagamento de seus débitos.

Em discurso perante o Congresso Internacional sobre Dívida e Comércio, promovido pelo Senado dos Estados Unidos, o ministro brasileiro da Fazenda, Dílson Funaro, afirmou ontem em Nova York que os países devedores devem aumentar seus níveis de investimento para crescer e também expandir sua capacidade de importar, o que "significa que não podem continuar a utilizar seus superávits comerciais exclusivamente no pagamento de suas dívidas". Funaro disse ainda que, "se a dívida é para ser paga, o custo de seu serviço terá de ser muito menor nos anos vindouros".

O discurso foi feito um dia após o encontro do ministro com o presidente do Banco da Reserva Federal, Paul Volcker, em Washington. Mas nem por isso Funaro deixou de fazer um discurso contundente e enfático sobre a posição brasileira, conforme relata Eliane Gamal, de Nova York.

"O crescimento dos países devedores significaria maior capacidade de pagamento da dívida e menos instabilidade no sistema financeiro internacional", disse Funaro, destacando logo no início de seu discurso que os modelos de ajustes da economia impostos até agora só levaram à recessão, compressão das importações, aceleração da inflação e um empobrecimento cada vez maior das populações destes países.

Além disso, Funaro falou à audiência — composta de parlamentares norte-americanos, ministros de países em desenvolvimento e economistas — sobre o compromisso do governo brasileiro com os 70 milhões de brasileiros que deram seu voto de confiança nas últimas eleições de 15 de novembro. "Neste momento estamos politica e moralmente limitados aos nossos programas, cujos princípios são atender primeiro as necessidades básicas da população pobre."

Novos mecanismos

À saída do Congresso, o ministro falou por alguns minutos aos jornalistas brasileiros sobre sua ida a Washington quinta-feira e principalmente seu encontro com Volcker. Segundo Funaro, nesta reunião, o Brasil começou a propor novos mecanismos de financiamento que poderiam ser adotados — como operações de co-financiamentos com projetos do Banco Mundial ou operações de títulos — mas que permitam ao País retornar ao mercado, além de sugerir uma mudança no relacionamento entre credores e devedores, que levem a um maior crescimento das economias dos países endividados.

O ministro afirmou estar otimista em relação às negociações com o Clube de Paris — que começam em dez dias — embora tenha dito que o diálogo com Volcker pouco influirá nestas conversações. Segundo Funaro, cabe ao tesouro norte-americano e não ao Banco da Reserva Federal ou à Volcker fazer qualquer recomendação ao Clube de Paris.

Mesmo assim, o ministro sentiu

muitos progressos nas conversações mantidas nos Estados Unidos, principalmente a aceitação da posição brasileira em não ir ao Fundo Monetário Internacional. "Somos o único país do mundo a não ter um acordo com o FMI e pela primeira vez o Clube de Paris analisará um caso em que não houve a aprovação anterior do Fundo", afirmou Funaro, admitindo ainda a possibilidade de ele vir a se encontrar com o secretário do Tesouro, A. James Baker, numa próxima viagem.

Ainda durante a entrevista o ministro da Fazenda — que retorna esta noite ao Brasil — disse ter confiança numa maior moderação dos trabalhadores brasileiros em relação à greve geral marcada para o dia 12.

Pontos principais

A seguir, os principais pontos do discurso do ministro da Fazenda em Nova York:

"Necessitamos claramente procurar novos caminhos para sairmos da presente crise de comércio e de pagamentos. O modelo de ajuste imposto até recentemente aos países devedores foi concebido para garantir o serviço da dívida fosse qual fosse o custo para as economias dos países devedores. Esse modelo levava à recessão, à compressão das importações, à aceleração inflacionária e ao empobrecimento da população, provocando intransqüilidade política e social.

"Tais características levaram os países devedores, em muitos casos, a abandonar o modelo recessivo em favor de um modelo de crescimento econômico. Tornou-se evidente que, além da perda de renda real nos países devedores, a recessão causava uma perda de sua competitividade, na medida em que barreiras às importações e a falta de investimentos impediam as empresas industriais de adquirir tecnologia e novos equipamentos.

"De nossa parte, temos insistido que o crescimento econômico nos países devedores continua a ser a única solução para a crise do comércio e da dívida. Se por um lado esse ponto parece gozar hoje de ampla aceitação, parece também, por outro lado, haver alguma reticência na aceitação de suas consequências lógicas.

"Para que os países devedores cresçam, eles devem aumentar seus níveis de investimento. Devem também expandir sua capacidade de importar. Isso significa que não podem continuar a utilizar seus superávits comerciais exclusivamente no pagamento de suas dívidas. Significa também que esses superávits devem ser reduzidos. Para que sejam liberados recursos para investimentos e para permitir um aumento nas importações do equipamento e da tecnologia necessários para a sustentação do crescimento.

Pagar menos

"Como disse o presidente Sarney em seu discurso no Congresso norte-americano, em setembro último, 'teremos que passar a pagar

menos por algum tempo, para podermos importar mais'.

"É sólida a teoria econômica sobre a qual se baseia esse pronunciamento. Mais importações por parte dos países devedores significam maiores exportações por parte de seus principais parceiros comerciais. O crescimento econômico dos países devedores significa um aumento de sua capacidade de pagamento e menos instabilidade no sistema financeiro internacional."

"Tanto de um ponto de vista legal quanto em uma avaliação política, encontramos razões insistentes para seguir o caminho que descrevemos acima. Não só os governos, mas também empresas privadas, emprestam naturalmente grande relevância à manutenção de condições políticas e sociais estáveis. E dão muito valor ao fortalecimento de instituições e de sistemas legais, no plano interno de cada país ou no quadro internacional.

"O que estamos debatendo não é meramente a adesão a eventuais modelos de ajuste econômico, ou a simples observância de regras contábeis ou de práticas de guardalivros. Não estamos nem mesmo debatendo simplesmente a preservação de esquemas e procedimentos adotados nas últimas décadas para garantir a estabilidade econômica no mundo ocidental, e, em consequência, a estabilidade de seu sistema político. É da própria preservação desse sistema político que estamos falando. De qualquer forma, estamos no Brasil empenhados na defesa de nosso sistema político e de nossa recém-restabelecida democracia. Salientamos em outras ocasiões que não podemos nos dar ao luxo de esperar até que haja uma completa e generalizada consciência do que está em jogo, e até que todos os participantes do processo concordem que nossa obrigação é fazer tudo o que for necessário para trazer a prosperidade para todos.

"Depois de prolongadas e esforçadas tentativas de convencer racionalmente nossos parceiros, atingimos agora um ponto onde todas as partes envolvidas devem assumir suas responsabilidades. Também temos nossos acionistas. Eles são o povo brasileiro e totalizam 135 milhões. Nosso compromisso fundamental é com os 70 milhões deles que foram às urnas meses de um mês atrás, e que votaram pelas reformas que lhes haviam sido prometidas.

"No ano passado, o Brasil transferiu para o Exterior recursos reais equivalentes, em termos líquidos, a 2% de sua poupança bruta. Estamos decididos a diminuir essa percentagem. Já adotou a estratégia de bombear para fora, apenas para garantir o pagamento de juros, superávits comerciais sem precedentes nas economias em desenvolvimento. Não se pode mais admitir que países devedores em desenvolvimento sejam exportadores líquidos de capital, nos níveis espantosos que vêm sendo registrados."